



Teologia cristã e conhecimento

CANALE, F. **O princípio cognitivo da teologia cristã**: um estudo hermenêutico sobre revelação e inspiração. Tradução Neumar de Lima. 1. ed. Engenheiro Coelho-SP: Unaspress — Imprensa Universitária Adventista, 2011. 416 p.

Roberto Pereyra¹



ernando Luis Canale é licenciado em Teologia, Filosofia e em Pedagogia pela Universidad Adventista del Plata (Entre Ríos, Argentina); e em Filosofia pela Universidad Católica de Santa Fe (Santa Fe, Argentina); Mdiv e PhD na Andrews University (Michigan, Estados Unidos), onde atua como professor em disciplinas como Metodologia Teológica, Teologia Fundamental, Teologia Bíblica e Sistemática, Pós-modernidade, Hermenêutica Teológica e Filosófica. Algumas de suas publicações são: *A criticism of theological reason*, *Back to revelation-inspiration*, *Understanding revelation-inspiration in a postmodern world*, *Creation, evolution and theology* e *The cognitive principle of christian theology*.

Este último livro, em sua excelente tradução em português, é o *corpus* desta resenha. A obra foi escrita não “primeiramente à comunidade acadêmica, mas à comunidade pensante da igreja, incluindo administradores, pastores, estudantes de teologia e membros leigos interessados em temas teológicos” (p. 13). Canale conduz seus leitores à compreensão dos modelos clássico, moderno e evangélico de revelação e inspiração das Escrituras, através das pressuposições hermenêuticas que dão sustentação a esses diferentes modelos. Com isso, ele propõe um novo modelo de revelação e inspiração para explicar a origem das Escrituras, o histórico-cognitivo, baseado em uma compreensão 1) bíblica histórico-temporal das ações de Deus

¹ Doutor em Teologia pela Andrews University, EUA. Diretor do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Teologia do Unasp. E-mail: roberto.pereyra@unasps.edu.br

na história e 2) da natureza humana, demarcando assim o papel divino e humano na revelação e inspiração. Portanto, “o modelo histórico-cognitivo [...] busca a verdade se guiando por uma interpretação histórico-temporal das Escrituras e da realidade” (p. 245).

O texto é organizado em três unidades ou seções. Na primeira, antes de examinar os modelos de revelação e inspiração, o leitor é familiarizado com os “fundamentos” do tema (p. 15–106). Começando pelas questões metodológicas abordadas no primeiro capítulo, o autor procura deixar clara a relevância da questão a ser discutida. Afinal, não é possível existir um correto modelo de interpretação bíblica que não antevenha de uma forte base epistemológica.

Em seguida, o capítulo 2 apresenta o assunto da revelação geral, com dois claros objetivos em mente: estabelecer uma distinção entre revelação geral e revelação especial e, com isso, indicar que a tradição cristã tem misturado essas duas modalidades, o que fornece um vislumbre do papel que a “teologia natural” tem desempenhado na teologia cristã (p. 35–45).

Ao tratar do tema da revelação especial, o autor examina os conceitos de revelação-inspiração, trazendo à tona as pressuposições presentes nos teólogos ao analisarem esses conceitos. Discute a natureza teórica da doutrina da revelação-inspiração e identifica os dados que servem de base à sua elaboração. A partir desse momento, é possível se pensar uma metodologia que permita analisar os dados e interpretar os conceitos acerca da revelação e inspiração (p. 47–56).

Por meio das declarações de Paulo em 2 Timóteo 3:14–17 e de Pedro em 2 Pedro 1:21 (p. 57–69), o autor inicia uma argumentação que o levará a analisar a natureza cognitiva da revelação-inspiração, de onde será possível construir uma introdução sobre a estrutura do conhecimento humano, com ênfase no papel que desempenham as pressuposições no processo envolvido nos atos cognitivos. Nesse marco, Canale destaca que a compreensão prévia sobre a natureza de Deus (a realidade sobrenatural) e a humana (a realidade natural) se destacam como as duas pressuposições mais importantes na definição de todas as interpretações sobre revelação e inspiração (p. 71–83). Com isso, prepara o campo para que, no sexto capítulo, se demonstre de que forma estas duas esferas (frise-se) de realidade devem ser entendidas (p. 85–102). É preciso um modelo que não contemple apenas uma, mas que seja capaz de, sem prescindir da razão, dar vazão a ambas (e Canale se propõe criar esse modelo na terceira unidade/seção, mas para isso é preciso discutir antes quais os modelos já socialmente aceitos).

Na segunda unidade, “Modelos de Interpretação” (p. 107–200), são exploradas as diferentes visões sobre revelação e inspiração baseada

no conceito de “modelo” teológico, que será definido a partir da análise dos traços essenciais presentes nas diferentes interpretações. Para isso, é preciso expor quais as pressuposições hermenêuticas de cada modelo histórico sob análise.

No sétimo capítulo é explicado o conceito de modelo como “ferramenta de compreensão” para a análise teológica. O que indica que os modelos representam padrões que direcionam a ação e se formam a partir de princípios hermenêuticos. No caso de seu estudo sobre revelação-inspiração, se propõe a exploração dos modelos clássico, moderno e evangélico (p. 109–113).

O capítulo seguinte analisa e avalia a estrutura do “modelo clássico”, a primeira posição histórica sobre revelação-inspiração que, até hoje, “representa a visão que a maioria dos teólogos conservadores protestantes e católico-romanos tem sobre a origem das Escrituras” (p. 115). O referido modelo se fundamenta na visão platônica de que o mundo sobrenatural representa as realidades atemporais, enquanto o natural representa a duplicação transitória e temporal dessas realidades (p. 116–127). A seguir, se examina o contexto histórico que favoreceu “a transição do modelo clássico para o moderno”, tendo como pano de fundo a Idade Média, quando os teólogos mesclaram conceitos filosóficos gregos com ideias religiosas cristãs (p.131–140).

O capítulo dez analisa e avalia a estrutura do “modelo moderno”, que entende a revelação como “encontro” não cognitivo (p. 143–149) e a inspiração como “expressão estética e artística” do encontro não cognitivo, cujos conteúdos provêm do ambiente cultural em que os autores bíblicos viveram e escreveram (p. 150–155). De acordo com este modelo de revelação-inspiração, a Bíblia é um documento humano do princípio ao fim, não apenas em forma, mas também em conteúdo. Portanto, o modelo usa para estudar as Escrituras a mesma metodologia que seria aplicada em qualquer outro livro humano, ou seja, o método crítico-histórico de exegese bíblica, que surgiu durante o século XVIII (p. 155–157). Dessa forma, aliado ao método crítico-histórico, o modelo tem como resultado a historicização da Teologia cristã (p. 157–161).

Uma análise e avaliação da estrutura do “modelo evangélico” é feita no capítulo onze. Tal modelo se fundamenta nos conceitos sobre o mundo natural e sobrenatural do modelo clássico, pondo ênfase na soberania de Deus e a total depravação (ou corrupção) da natureza humana (p. 171–176). Em essência, modifica o modelo clássico para torná-lo uma ferramenta apologética na batalha contra a teologia moderna e o método crítico-histórico de interpretação bíblica. Sugere que a revelação é cognitiva e responsável por todo o material contido na Bíblia (p. 176–179). Enfatiza mais a inspiração do que a revelação, afirmando que Deus

atua soberanamente e o instrumento humano, devido à sua completa depravação, age em submissão total. Portanto, Deus inspirou verbalmente os escritores bíblicos, atingindo as próprias palavras das Escrituras. Desse modo, o texto inspirado das Escrituras se reveste de qualidades divinas, um tipo de divinização do mesmo, sendo os manuscritos originais inerrantes (p. 179–193). Como parece evidente, o modelo maximiza o aspecto divino das Escrituras e minimiza o aspecto humano.

Na terceira unidade do livro (p. 201–410), o autor expõe e fundamenta seu próprio modelo sobre revelação e inspiração a partir de uma desconstrução dos modelos clássico, moderno e evangélico, destacando-se os pontos fortes e fracos de cada um deles. Canale chama seu modelo de histórico-cognitivo, o qual também precisa basear-se em pressuposições sobre Deus, a humanidade, o conhecimento, pressuposições estas encontradas na própria Bíblia.

No capítulo doze é explorada a “mudança radical que ocorreu, durante o século 20, no pensamento filosófico ocidental” (p. 205) “em relação à compreensão filosófica da razão humana” (p. 206), o que produz uma “ruptura filosófica gerada pela emergência do pós-modernismo”. Tal ruptura “proporciona a oportunidade ideal para a introdução de um novo modelo de revelação-inspiração” (p. 212).

90

O capítulo seguinte apresenta quatro pressuposições hermenêuticas bíblicas para o modelo histórico-cognitivo. A “primeira e a mais decisiva” dessas pressuposições é a temporalidade de Deus (p. 225–227). O Deus bíblico é capaz de agir “dentro do fluxo ou transcorrer” da história. Age “estando inserido no *continuum* do tempo histórico criado” (p. 221); age numa perspectiva histórico-temporal.

A segunda pressuposição hermenêutica bíblica para o novo modelo é a temporalidade humana. A natureza humana é essencialmente histórica e não atemporal. Visto que os seres humanos são temporais no sentido de não possuírem de forma alguma uma alma imortal e atemporal, suas capacidades cognitivas precisam ser também temporais (p. 228–230). Assim sendo,

o Criador infinito e as criaturas finitas, conquanto diferentes, compartilham, cada um à sua maneira, do fluxo temporal da realidade, envolvendo o passado, presente e futuro. Graças a essa temporalidade compartilhada, Deus pode se comunicar diretamente com os seres humanos; nessa comunicação, Deus adapta seus pensamentos às capacidades cognitivas dos seres humanos. Além disso, considerando o conceito bíblico de que Deus criou o ser humano à sua imagem, Deus o dotou do necessário equi-

pamento cognitivo que permite reconhecer e entender a direta comunicação de Deus (p. 226).

A terceira pressuposição hermenêutica bíblica para o novo modelo é o modo de conhecimento humano, o qual também é de natureza histórico-temporal. O modo do conhecimento humano é limitado e parcial em seu alcance, imperfeito em precisão e relativo em objetividade. Em contraste, o modo divino de conhecimento, ao qual não temos acesso, é ilimitado, completo em seu alcance, perfeito em precisão e absoluto em objetividade (p. 230–235).

A quarta dessas pressuposições é a razão histórica (p. 235–240), a qual extrai seus dados e pressupostos do mundo espaço-temporal (p. 236). Dá prioridade ao objeto de estudo e não aos caprichos arbitrários da imaginação humana. Tal visão histórica da razão humana afeta o modo, os limites e a natureza do processo de revelação-inspiração (p. 237–239).

Como o conhecimento e a escrita humana são os veículos pelos quais se comunica a verdade de Deus, o conhecimento disponível nas Escrituras revela o modo humano de conhecer. Devido à origem divina da mensagem comunicada, a verdade da revelação é perfeita, mas o veículo linguístico-cognitivo por meio do qual ela é expressa é imperfeito.

Os conteúdos de origem divina das escrituras são perfeitos, mas compartilham das imperfeições de seu veículo linguístico-cognitivo humano. Portanto, a revelação-inspiração “é um fenômeno linguístico-cognitivo, o que significa que o conhecimento e a linguagem usados nas Escrituras não são divinos, mas humanos”. Deus é o autor do conteúdo, mas não o escritor (p. 237).

Nesse processo de revelação-inspiração, a razão histórica recebe informações e conceitos das revelações espaço-temporais de Deus; seleciona as pressuposições ou categorias de compreensão a partir de episódios anteriores de revelação-inspiração; e processa os dados recebidos. Em todas essas ações, a razão histórica procede em harmonia com o plano redentivo de Deus de agir no tempo e no espaço (p. 239–240). Assim, tanto a revelação como a inspiração acontecem no contexto da experiência histórica daqueles a quem Deus revelou as Escrituras (p. 217–235).

No capítulo quatorze são apresentadas considerações metodológicas relativas ao modelo histórico-cognitivo (p. 245–253): focaliza o alvo interpretativo (p. 245); reflete sobre a originalidade relativa do modelo histórico-cognitivo (p. 247); analisa preliminarmente como a revelação será entendida no modelo (p. 247–248); revisa o problema que os modelos clássico, evangélico e moderno de revelação-inspiração procuram compreender (a autoria dupla das

Escrituras — p. 248–249); apresenta a estrutura hermenêutica da revelação (p. 249–251) e como os modelos se estruturam a partir de uma compreensão racional e relativa de pressuposições hermenêuticas (p. 252–253).

Os capítulos seguintes exploram os seguintes temas: o papel de Deus na revelação (p. 255–277), a revelação encarnada (p. 281–301) e os principais padrões da revelação por meio dos quais os agentes humano e divino produziram as Escrituras (p. 305–332).

O autor se concentra no fenômeno da “inspiração” no capítulo dezoito, no qual faz uma descrição bíblica da inspiração e dos pressupostos hermenêuticos do modelo histórico-cognitivo (p. 337–338). Analisa as razões porque a inspiração é necessária (p. 338–339), bem como as contribuições humana e divina para a inspiração (p. 339–357), com uma breve digressão para considerar a relação entre pensamento e palavra no processo inspiracional (p. 346–350).

No capítulo dezenove, Canale introduz o leitor na investigação dos “efeitos hermenêuticos” do modelo histórico-cognitivo quando visto como um conjunto de pressuposições hermenêuticas para a compreensão das Escrituras e de sua origem (p. 361–381). Argumenta que há uma relação de mão dupla entre revelação-inspiração e hermenêutica. Por um lado, nossas pressuposições influenciam o modo como se compreende a revelação-inspiração; por outro, a compreensão sobre revelação-inspiração influencia a nossa hermenêutica (p. 361–363).

O primeiro efeito hermenêutico da aplicação do modelo histórico-cognitivo é o resgate das Escrituras como o princípio cognitivo chave da teologia cristã (p. 363–369); outros efeitos resultantes da aplicação do novo modelo são o repensar “as fontes da teologia” (p. 369–371); repensar “os fundamentos hermenêuticos da teologia cristã” (p. 372–375); repensar a mesma “teologia bíblica” (p. 375–380) e a “teologia sistemática” (p. 380–381).

O capítulo final, a partir do modelo histórico-cognitivo, se ocupa do tradicional debate a respeito da “veracidade das Escrituras” (p. 385–407). Afirma que “só podemos definir com exatidão a confiabilidade e veracidade das Escrituras após chegarmos a uma visão clara de como a Bíblia veio a existir” (p. 385–386). Tece considerações sobre o conceito de verdade em geral (p. 386–387), e, de forma particular, o conceito de verdade nas Escrituras (p. 387–388); propõe a verificação da verdade nas Escrituras como “descoberta”, como “correspondência” e como “coerência interna” (p. 388–393) e discute alguns aspectos teóricos como questões relacionadas com “erros”, “detalhes” e “precisão” (p. 393–399). Trata das objeções concretas levantadas contra a confiabilidade das Escrituras, tais

“como erros nas ciências naturais”, “atribuições errôneas”, “discrepâncias estatísticas”, “relatos de fatos históricos” e “inconsistências teológicas internas” (p. 399–406). Finalmente, o autor declara que o modelo histórico-cognitivo de revelação-inspiração gera uma “visão historicamente abrangente da precisão bíblica” (p. 406–407).

Cabe perguntar: O que torna especial e relevante a leitura deste livro? Quais as principais contribuições para a Igreja?


Primeiro, por uma análise das estruturas pressuposicionais dos modelos de revelação-inspiração sugeridos através da interpretação histórica das Escrituras, Canale demonstra que o cristianismo enfrenta uma das maiores crises hermenêuticas de sua história por ter rejeitado os princípios de *Sola Scriptura* (exclusividade das Escrituras) e de *Tota Scriptura* (totalidade das Escrituras).

Segundo, propõe um novo modelo de revelação e inspiração para explicar a origem das Escrituras e provê um cenário de vital importância quanto a questões metodológicas, teológicas e processuais no fazer teológico. Esse modelo faz plena justiça ao papel de Deus no processo divino-humano da revelação-inspiração.

Terceiro, resgata os princípios da *Sola* e *Tota Scriptura*, tornando clara a origem das Escrituras. É “a palavra de Deus em linguagem humana”. Não é apenas a produção literária de homens piedosos. É um livro de dimensão única: É a Palavra de Deus. É o lugar onde Deus se revela e é encontrado, onde sua mensagem é falada e sua vontade proclamada. Portanto, é a “origem” do conhecimento cristão, “o princípio cognitivo da teologia cristã”.

Quarto, em sua abordagem adventista, fornece embasamento bíblico para compreender, em um todo harmônico, a condição da pecabilidade humana e a solução divina para o problema; a visão e a missão da Igreja Adventista do Sétimo Dia, a qual não se limita apenas a uma pregação fundamentada nas Escrituras, mas procura a restauração dos princípios hermenêuticos que motivam sua proclamação.

Quinto, *O Princípio Cognitivo da Teologia Cristã* é um estudo hermenêutico que apresenta suficientes evidências para se considerar as Escrituras como a infalível revelação de Deus, o padrão do caráter, a prova da experiência, o autorizado revelador de doutrinas e o registro fidedigno dos atos de Deus na história.

Trata-se, pois, de um livro apropriado e necessário para a igreja. Recomendando-o a administradores, pastores, estudantes de teologia, líderes eclesiais, membros e todos os demais interessados em conhecer a origem das Escrituras e os fundamentos da Teologia cristã. 

Referências bibliográficas

CANELE, F. **A criticism of theological reason**: time and timelessness as primordial presuppositions. Berrien Springs: Andrews University Press, 1987.

_____. **Back to revelation-inspiration**: searching for the cognitive foundation of christian theology in a postmodern world. Lanham: University Press of America, 2001.

_____. **Understanding revelation-inspiration in a postmodern world**. Berrien Springs: Andrews University Press, 2001.

_____. **Creation, evolution and theology**: the role of method in theological accomodation. Berrien Springs, MI: Andrews University Lithotec, 2005.

_____. **The cognitive principle of christian theology**: a hermeneutical study of the revelation and inspiration of the Bible. Berrien Springs, MI: Andrews University Lithotec, 2005.

94

Enviado dia 29/08/2011

Aceito dia 20/10/2011

